

2020

THALES
FLORES
TAIPINA

2^a ED.

MANUAL DA

S E N T E N Ç A

PENAL

C O N D E N A T Ó R I A

MANUAL DA

S E N T E N Ç A

P E N A L

C O N D E N A T Ó R I A

2020 THALES 2ª ED.
FLORES
TAIPINA

MANUAL DA

S E N T E N Ç A
P E N A L
C O N D E N A T Ó R I A





| | |
|--|---|
| Belo Horizonte Av. Brasil, 1843, Savassi, Belo Horizonte, MG Tel.: 31 3261 2801 CEP 30140-007 | São Paulo Av. Paulista, 2444, 8º andar, cj 82 Bela Vista – São Paulo, SP CEP 01310-933 |
|--|---|

WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Copyright © 2018, D'Plácido Editora.
Copyright © 2018, Thales Flores Taipina.

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios,
sem a autorização prévia do Grupo D'Plácido.

Editor Chefe Plácido Araes

Editor Tales Leon de Marco

Produtora Editorial Bárbara Rodrigues

Capa, projeto gráfico Letícia Robini

Diagramação Letícia Robini

GRUPO
D'PLÁCIDO




Rodapé



“No desempenho da função de julgar, o juiz trava obrigatoriamente conhecimento com uma realidade humana que tende a ser em extremo complexa, isto é, a realidade das relações existenciais que se ocultam nas demandas e nos desdobramentos do processo. Ignorar que o processo esconde a vida de seres humanos é o mesmo que tratá-los como meros números indiferentes e reduzir a função julgadora a algo sobremodo banal; isso ocorre quando o julgador se afasta dos requisitos éticos de sua atuação para seguir padrões meramente técnicos de sua atividade, quase sempre coincidentes com visões simplificadas e simplistas do Direito, como se este fosse apenas um conjunto de regras burocráticas ou operacionais.”

Cesar Asfor Rocha – *Cartas a um Jovem Juiz*

Não procures tornar-te juiz, se não fores bastante forte para destruir a iniquidade, para que não aconteça que temas perante um homem poderoso, e te exponhas a pecar contra a equidade.

Bíblia Sagrada, Eclesiástico, 7;6

Agradecimentos



Agradeço a todos que contribuíram para a minha evolução, espiritual e profissional, inclusive àqueles cujos propósitos caminhassem em sentido contrário.

Sumário

| | |
|---|-----------|
| <i>Prefácio</i> | 21 |
| <i>Apresentação</i> | 23 |
| <i>Nota à 2ª Edição</i> | 25 |
| CAPÍTULO I: CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS | 27 |
| <hr/> | |
| 1. O Processo Penal em Síntese, do Inquérito Policial à Sentença..... | 29 |
| 2. Prazo Para a Instrução Processual e Prolação da Sentença..... | 35 |
| 2.1. Sentença Condenatória Proferida Oralmente em Audiência..... | 40 |
| 3. Princípios Aplicáveis na Construção da Sentença Penal..... | 42 |
| 3.1. Princípio da Motivação das Decisões Judiciais..... | 42 |
| 3.2. Princípio da Identidade Física do Juiz..... | 44 |
| 3.3. Princípio da Correlação ou Adstrição..... | 45 |
| 3.4. Princípio da Imparcialidade do Julgador..... | 48 |
| 3.5. Princípio do “In Dubio Pro Reo”..... | 50 |
| • Jurisprudência Seleccionada..... | 51 |
| 4. A Estrutura Jurídica da Sentença Penal..... | 63 |
| 4.1. Preâmbulo..... | 63 |
| 4.2. Ementa..... | 64 |
| 4.3. Relatório..... | 64 |
| 4.4. Fundamentação..... | 68 |
| 4.5. Dispositivo..... | 71 |
| 4.6. Autenticação..... | 74 |
| • Jurisprudência Seleccionada..... | 74 |

CAPÍTULO II: A FUNDAMENTAÇÃO DA SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA

77

| | |
|--|-----|
| 1. Explanções Iniciais..... | 79 |
| 2. Preliminares de Mérito..... | 81 |
| 2.1. Aplicações Práticas de Maior Incidência..... | 85 |
| 2.1.1. Violação de Domicílio sem Mandado Judicial..... | 85 |
| 2.1.2. Ausência do Ministério Público à Audiência de Instrução..... | 88 |
| 2.1.3. Inversão da Ordem de Inquirição em Audiência nos Crimes de Tráfico de Drogas..... | 90 |
| 2.1.4. Crimes de Tráfico de Drogas e Defesa Preliminar Após o Recebimento da Denúncia..... | 92 |
| 2.1.5. Recebimento Tácito da Denúncia..... | 93 |
| 2.1.6. Ausência de Intimação da Defesa da Expedição de Carta Precatória Para Oitiva de Testemunha da Acusação..... | 94 |
| 2.1.7. Irregularidade da Citação por Edital..... | 95 |
| 2.1.8. Não Realização da Audiência de Renúncia à Representação..... | 97 |
| 2.1.9. Leitura em Audiência do Depoimento Prestado na Fase Extrajudicial e Ratificado em Juízo..... | 98 |
| 2.1.10. Reconhecimento de Pessoa por Fotografia..... | 100 |
| 2.1.11. Inépcia da Denúncia..... | 101 |
| 2.1.12. Investigação Criminal Conduzida pelo Ministério Público..... | 103 |
| 2.1.13. Dependência Toxicológica..... | 106 |
| 2.1.14. Uso de Algemas em Audiência ou em Plenário do Júri..... | 108 |
| 2.1.15. Conversão de Ofício da Prisão em Flagrante em Preventiva..... | 109 |
| 2.1.16. Rol de Testemunhas Apresentado Após a Defesa Prévia..... | 111 |
| 2.1.17. Falta de Assinatura do Defensor na Ata de Audiência..... | 112 |
| 2.1.18. Exame Pericial em Telefone Celular sem Autorização Judicial..... | 113 |
| 2.1.19. Busca e Apreensão em Escritório de Advocacia..... | 115 |
| 2.1.20. Não Realização da Audiência de Custódia no Prazo de 24 horas..... | 117 |
| 2.1.21. Audiência de Depoimento Especial..... | 120 |
| • Jurisprudência Seleccionada..... | 122 |
| 3. Mérito..... | 136 |

| | |
|---|-----|
| 3.1. Explicação Inicial..... | 136 |
| 3.2. Distribuição do Ônus da Prova..... | 137 |
| 3.3. Materialidade Delitiva..... | 140 |
| 3.3.1. Corpo de Delito e Vestígios da Infração Penal..... | 142 |
| 3.3.2. Crimes Não Transeuntes e Ausência do Exame de Corpo de Delito..... | 143 |
| 3.3.2.1. Ausência do Exame de Constatação Toxicológica..... | 144 |
| 3.3.2.2. Ausência de Exame de Constatação de Conjunção Carnal..... | 148 |
| 3.3.2.3. Ausência do Exame Necroscópico..... | 149 |
| 3.3.3. Crimes Transeuntes e Prova da Materialidade Delitiva..... | 150 |
| 3.4. Autoria Delitiva..... | 151 |
| 3.4.1. Aplicações Práticas de Maior Incidência..... | 152 |
| 3.4.1.1. Depoimentos Colhidos na Fase Investigatória..... | 152 |
| 3.4.1.2. Testemunhos Exclusivos de Policiais..... | 154 |
| 3.4.1.3. Testemunho Exclusivo da Vítima..... | 156 |
| 3.4.1.4. Interceptação Telefônica e Falta de Exame Pericial para a Identificação da Voz..... | 157 |
| 3.4.1.5. Confissão..... | 158 |
| 3.5. Elementos do Crimes..... | 160 |
| 3.5.1. Juízo de Tipicidade..... | 160 |
| 3.5.1.1. <i>Emendatio Libeli</i> | 160 |
| 3.5.1.2. Deslocamento para o Tipo Derivado e Presença de Mais de Uma Qualificadora..... | 163 |
| 3.5.1.3. Circunstâncias Qualificadoras e Fundamentação Específica..... | 165 |
| 3.5.1.4. Reconhecimento de Circunstâncias Minorantes e Majorantes..... | 165 |
| 3.5.2. Ilicitude e Culpabilidade..... | 167 |
| • Jurisprudência Seleccionada..... | 169 |
| 3.6. Circunstâncias Atenuantes..... | 181 |
| 3.6.1. Circunstâncias Atenuantes Nominadas..... | 181 |
| 3.6.1.1. Idade do Réu..... | 182 |

| | | |
|------------|---|-----|
| 3.6.1.2. | Desconhecimento da Lei..... | 185 |
| 3.6.1.2.1. | Desconhecimento da Lei e Desconhecimento da Ilicitude do Fato..... | 186 |
| 3.6.1.2.2. | Desconhecimento da Lei e Contravenções Penais..... | 187 |
| 3.6.1.3. | Motivação do Crime | 187 |
| 3.6.1.4. | Providências Ulteriores Quanto às Consequências da Conduta..... | 189 |
| 3.6.1.5. | Confissão Espontânea..... | 192 |
| 3.6.1.5.1. | Confissão Retratada..... | 193 |
| 3.6.1.5.2. | Confissão Fracionada..... | 194 |
| 3.6.1.5.3. | Confissão Qualificada..... | 194 |
| 3.6.1.5.4. | Confissão sobre Fato Incontroverso..... | 195 |
| 3.6.2. | Circunstâncias Atenuantes Inominadas..... | 196 |
| 3.7. | Circunstâncias Agravantes..... | 200 |
| 3.7.1. | Crimes Dolosos..... | 200 |
| 3.7.2. | Incidência Subsidiária..... | 201 |
| 3.7.3. | Rol Exaustivo..... | 202 |
| 3.7.3.1. | Reincidência Penal..... | 202 |
| 3.7.3.1.1. | Contravenção Penal..... | 204 |
| 3.7.3.1.2. | Situações peculiares que não geram reincidência..... | 205 |
| 3.7.3.1.3. | Situações peculiares que geram reincidência..... | 212 |
| 3.7.3.1.4. | Divergência e incongruência: condenação anterior exclusivamente a pena de multa e condenação anterior por posse de drogas para consumo pessoal..... | 213 |
| 3.7.3.1.5. | Reincidência específica..... | 216 |
| 3.7.3.1.6. | (In)Constitucionalidade da reincidência..... | 217 |
| 3.7.3.1.7. | Multirreincidência..... | 217 |
| 3.7.3.2. | Motivo do crime..... | 218 |
| 3.7.3.3. | Finalidade do crime..... | 219 |
| 3.7.3.4. | Modo de Execução..... | 220 |
| 3.7.3.5. | Vítima..... | 221 |
| 3.7.3.6. | Circunstâncias Fáticas..... | 225 |

| | |
|---|-----|
| 3.7.4. Agravantes em Caso de Concurso de Pessoas..... | 229 |
| • Jurisprudência Selecionada..... | 232 |
| 3.8. Concurso entre Agravantes e Atenuantes..... | 239 |
| 3.8.1. Cumulação Homogênea..... | 239 |
| 3.8.2. Cumulação Heterogênea..... | 240 |
| 3.8.2.1. Diferença Entre Compensação e Preponderância..... | 240 |
| 3.8.2.2. Concurso entre agravantes e atenuantes não preponderantes..... | 241 |
| 3.8.2.3. Concurso entre circunstâncias agravantes e atenuantes consideradas preponderantes..... | 244 |
| 3.8.2.3.1. A Divergência entre o STF e o STJ sobre o concurso entre confissão espontânea a reincidência..... | 253 |
| 3.8.2.3.2. Concluindo o tema: hipóteses de concurso e critérios de solução..... | 255 |
| 3.8.2.4. Concurso entre circunstâncias simples (não preponderantes) e circunstâncias preponderantes..... | 258 |
| • Jurisprudência Selecionada..... | 260 |
| 3.9. Circunstâncias Minorantes e Modulação da Fração Redutora da Pena..... | 264 |
| 3.9.1. Aplicações Práticas de Maior Incidência..... | 264 |
| 3.9.1.1. Crime Tentado..... | 264 |
| 3.9.1.2. Arrependimento Posterior..... | 266 |
| 3.9.1.3. Semi-Imputabilidade..... | 268 |
| 3.9.1.4. Participação de Menor Importância..... | 270 |
| 3.9.1.5. Furto “Privilegiado”..... | 272 |
| 3.9.1.6. Homicídio “Privilegiado”..... | 275 |
| 3.9.1.7. Tráfico “Privilegiado” de Drogas Proscritas..... | 276 |
| 3.10. Circunstâncias Majorantes e Modulação da Fração Intensificadora da Pena..... | 278 |
| 3.10.1. Valoração Quantitativa da Majorantes em Concurso..... | 280 |
| 3.10.2. Valoração Qualitativa das Majorantes em Concurso..... | 282 |
| 3.10.2.1. Inconstitucionalidade Material do §2-A, do artigo 157 do Código Penal..... | 284 |
| 3.10.3. Valoração de Majorantes como Circunstâncias Judiciais..... | 288 |

| | |
|--|-----|
| 3.10.4. Concurso entre Circunstâncias Majorantes e Minorantes e Possibilidade de Compensação..... | 290 |
| 3.11. Concurso de Crimes..... | 293 |
| 3.11.1. Espécies de Concurso e Critérios para Definição da Pena..... | 294 |
| 3.11.1.1. Critério do Cúmulo Material..... | 294 |
| 3.11.1.2. Critério da Exasperação..... | 296 |
| 3.11.1.3. Critério do Cúmulo Material Benéfico..... | 300 |
| • Jurisprudência Seleccionada | 301 |

CAPÍTULO III: A REALIZAÇÃO DO PROCESSO DOSIMÉTRICO

307

| | |
|---|-----|
| 1. O Sistema Trifásico da Dosimetria Penal..... | 309 |
| 2. Princípios Aplicáveis ao Processo Dosimétrico..... | 313 |
| 2.1. Princípio da Individualização da Pena..... | 313 |
| 2.2. Princípio da Discricionariedade Jurisdicional..... | 314 |
| 2.3. Princípio da Obediência aos Parâmetros da Pena Abstrata..... | 316 |
| 2.4. Princípios da Necessidade e Suficiência da Pena..... | 320 |
| 2.5. Princípio da Vedação ao Bis in Idem..... | 322 |
| 2.6. Princípio da Não Culpabilidade ou da Presunção de Inocência..... | 327 |
| • Jurisprudência Seleccionada..... | 329 |
| 3. Dosimetria Penal. Primeira Etapa. Circunstâncias Judiciais..... | 335 |
| 3.1. Compensação entre Circunstâncias Judiciais..... | 336 |
| 3.2. Valoração das Circunstâncias Judiciais..... | 338 |
| 3.2.1. Culpabilidade..... | 338 |
| 3.2.2. Antecedentes..... | 340 |
| 3.2.2.1. Multirreincidência..... | 341 |
| 3.2.2.2. Período Depurador e o Direito ao Esquecimento..... | 342 |
| 3.2.2.3. Crime anterior e trânsito em julgado posterior à data do crime em julgamento..... | 345 |
| 3.2.2.4. Confirmação em Segunda Instância da Sentença Condenatória de Primeiro Grau..... | 346 |
| 3.2.3. Conduta Social..... | 347 |

| | |
|---|-----|
| 3.2.4. Personalidade do Agente..... | 349 |
| 3.2.4.1. Valoração de Atos Infracionais e Condenações Criminais Anteriores como Personalidade Desajustada..... | 350 |
| 3.2.5. Motivos do Crime..... | 353 |
| 3.2.6. Circunstâncias do Crime..... | 354 |
| 3.2.7. Consequências do Crime..... | 355 |
| 3.2.8. Comportamento da Vítima..... | 357 |
| 3.3. Fixação da Pena-Base..... | 359 |
| 3.3.1. Patamar de Valoração das Circunstâncias Judiciais e Sua Base de Incidência..... | 360 |
| 3.3.2. A Teoria do Termo Médio..... | 367 |
| 3.4. Circunstâncias Judiciais Preponderantes..... | 370 |
| 3.4.1. Circunstâncias Judiciais na Lei de Drogas..... | 370 |
| 3.4.2. Circunstâncias Judiciais no Código de Trânsito..... | 372 |
| 3.4.3. Circunstâncias Judiciais na Lei de Crimes Ambientais..... | 373 |
| 3.4.4. Valoração das Circunstâncias Preponderantes..... | 375 |
| 3.5. Principais Considerações Quanto ao Processo de Fixação da Pena-Base..... | 378 |
| 3.6. Disposições do Manual Prático de Decisões Penais da ENFAM..... | 381 |
| • Jurisprudência Selecionada..... | 384 |
| 4. Dosimetria Penal. Segunda Etapa. Circunstâncias Legais..... | 389 |
| 4.1. Patamar de Valoração das Circunstâncias Legais e Sua Base de Incidência..... | 390 |
| 4.2. Cálculo da Pena Intermediária..... | 393 |
| 4.3. Valoração da Multirreincidência..... | 400 |
| 4.4. Principais Considerações Quanto ao Processo de Fixação da Pena Intermediária ou Provisória..... | 403 |
| • Jurisprudência Selecionada..... | 407 |
| 5. Dosimetria Penal. Terceira Etapa. Minorantes e Majorantes..... | 412 |
| 5.1. Patamar de Valoração das Causas de Diminuição e de Aumento e sua Base de Incidência..... | 412 |
| 5.2. Concurso de Minorantes e Majorantes e o Cálculo para a Definição da Pena..... | 413 |

| | |
|--|-----|
| 5.3. Principais Considerações Quanto ao Processo de Fixação da Pena Definitiva..... | 425 |
| • Jurisprudência Seleccionada..... | 426 |
| 6. Processo Dosimétrico da Pena de Multa..... | 429 |
| 6.1. Sistema da Dosimetria da Pena de Multa..... | 429 |
| 6.2. Princípios Aplicáveis ao Processo Dosimétrico da Pena de Multa..... | 430 |
| 6.2.1. Princípio da Obediência aos Parâmetros da Pena Abstrata..... | 431 |
| 6.2.2. Princípio da Proporcionalidade..... | 432 |
| 6.2.3. Princípios da Necessidade e Suficiência da Pena..... | 438 |
| 6.2.4. Princípio da Personalidade ou da Intranscendência..... | 440 |
| 6.3. Dosagem da Pena de Multa em Face do Concurso de Crimes..... | 442 |
| 6.4. Multa Substitutiva ou Vicariante..... | 445 |
| 6.4.1. Anuência do Sentenciado..... | 448 |
| 6.4.2. Multa Cumulada e Substituição da Pena Privativa de Liberdade..... | 448 |
| 6.4.3. Concurso de Crimes..... | 451 |
| 6.4.4. Mensuração do valor da Multa Vicariante..... | 452 |
| 6.4.5. Inadimplemento..... | 453 |
| 7. Revisão da Dosimetria da Pena pelas Instâncias Superiores..... | 453 |
| • Jurisprudência Seleccionada..... | 456 |

CAPÍTULO IV: O CONTEÚDO DECISÓRIO DO DISPOSITIVO E AS PROVIDÊNCIAS FINAIS

459

| | |
|---|-----|
| 1. Conteúdo Decisório..... | 461 |
| 1.1. Substituição da Pena Privativa de Liberdade por Medida de Segurança..... | 461 |
| 1.1.1. Desnecessidade de Realização do Processo Dosimétrico..... | 463 |
| 1.2. Fixação do Regime Prisional Preambular..... | 466 |
| 1.2.1. Gradação do Regime Prisional Conforme a Espécie da Pena Privativa de Liberdade..... | 467 |
| 1.2.2. Gradação do Regime Prisional Conforme a Quantidade da Pena Aplicada, a Reincidência e as Circunstâncias Judiciais..... | 469 |

| | |
|---|-----|
| 1.2.3. Regime Prisional <i>Per Saltum</i> | 472 |
| 1.2.4. Detração Penal..... | 475 |
| 1.2.4.1. Detração Penal e Progressão de Regime..... | 476 |
| 1.2.4.2. Competência Concorrente..... | 477 |
| 1.2.5. Conclusões..... | 478 |
| 1.2.6. Disposições do Manual Prático de Decisões Penais da ENFAM..... | 481 |
| 1.3. Substituição da Pena Privativa de Liberdade por Pena Restritiva de Direitos..... | 482 |
| 1.3.1. Penas Substitutivas de Mesma Espécie..... | 486 |
| 1.3.2. Juízo Competente..... | 488 |
| 1.4. Suspensão Condicional da Pena..... | 489 |
| 1.5. Medidas Cautelares..... | 492 |
| 1.5.1. Possibilidades..... | 492 |
| 1.5.2. Fundamentos..... | 493 |
| 1.5.3. Imposição, Manutenção e Restabelecimento..... | 497 |
| 1.5.4. Disposições do Manual Prático de Decisões Penais da ENFAM..... | 500 |
| 1.5.5. Prisão Preventiva e a sua (In)Compatibilidade com o Regime Semiaberto ou Aberto. Adequação pelo Juízo da Execução..... | 502 |
| • Jurisprudência Seleccionada..... | 504 |
| 1.6. Fixação do valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração | 508 |
| 1.7. Efeitos da Condenação..... | 511 |
| 1.7.1. Efeitos Automáticos..... | 511 |
| 1.7.1.1. Obrigação de indenizar..... | 512 |
| 1.7.1.2. Perda de instrumentos ou produtos do crime, de bens ou valores auferidos com a sua prática..... | 513 |
| 1.7.1.3. Perda de bens ou valores equivalentes ao produto ou proveito do crime..... | 514 |
| 1.7.1.4. Perda de bens incompatíveis com o patrimônio líquido do condenado..... | 515 |
| 1.7.1.5. Suspensão dos Direitos Políticos..... | 517 |

| | |
|---|-----|
| 1.7.2. Efeitos Não Automáticos..... | 518 |
| 1.7.2.1. Perda de cargo, função pública ou mandato eletivo..... | 519 |
| 1.7.2.2. Incapacidade para o exercício do poder familiar, da tutela ou da curatela..... | 522 |
| 1.7.2.3. Inabilitação para dirigir veículo..... | 525 |
| 2. Providências Finais Para Cumprimento Imediato..... | 527 |
| 2.1. Publicação da Sentença..... | 528 |
| 2.2. Intimação do sentenciado..... | 530 |
| 2.3. Intimação do Defensor Constituído e do Defensor Dativo..... | 530 |
| 2.4. Intimação do Ministério Público, da Defensoria Pública, do Querelante e do Assistente da Acusação..... | 531 |
| 2.5. Intimação da vítima..... | 532 |
| 2.6. Expedição de Alvará de Soltura | 532 |
| 2.7. Expedição de Mandado de Prisão Preventiva e Guia de Execução Provisória da Pena..... | 533 |
| 2.8. Envio de Arma de Fogo ao Comando do Exército..... | 534 |
| 2.9. Restituição de Bens Apreendidos..... | 535 |
| 2.10. Comunicação à Polícia Judiciária..... | 536 |
| 3. Providências Finais para Cumprimento Após o Trânsito em Julgado da Sentença..... | 537 |
| 3.1. Rol de Culpados..... | 537 |
| 3.2. Guia de Execução Definitiva..... | 538 |
| 3.3. Custas Processuais..... | 540 |
| 3.4. Pagamento da Pena de Multa..... | 542 |
| 3.5. Comunicação à Justiça Eleitoral..... | 543 |
| 3.6. Destruição de Drogas Apreendidas..... | 545 |
| 3.7. Avaliação e Venda dos Bens em Leilão Público..... | 546 |

CAPÍTULO V: MODELOS DE SENTENÇAS PENAS CONDENATÓRIAS

549

| | |
|---|-----|
| 1. Sentença com um réu e um crime..... | 551 |
| 1.1. <i>Tráfico de drogas – circunstâncias judiciais preponderantes - concurso entre circunstâncias legais preponderantes - menoridade relativa -</i> | |

| | |
|---|------------|
| <i>duas reincidências – escala de preponderância entre as circunstâncias legais – envolvimento de adolescente – majorante – Corrupção de Menores – Absolição – Princípio da Especialidade.....</i> | <i>551</i> |
| 1.2. <i>Tráfico de Drogas – Preliminar – Ausência do Ministério Público à audiência de instrução e julgamento - indulto – circunstâncias judiciais e preponderantes - maus antecedentes – duas reincidências.....</i> | <i>559</i> |
| 1.3. <i>Roubo Simples – Emprego de Faca – Revogação e Ressurreição - Culpabilidade exasperada - Confissão Espontânea e Reincidência Específica – Preponderância – Pena agravada.....</i> | <i>570</i> |
| 2. <i>Sentença com um réu e dois crimes.....</i> | <i>578</i> |
| 2.1. <i>Posse Irregular de Arma de Fogo e Receptação – Concurso Material de Delitos – Confissão Parcial – Súmula n. 231 - Pena Restritiva de Direitos – Substituição da PPL por PRD - Suspensão dos Direitos Políticos – Possibilidade.....</i> | <i>578</i> |
| 3. <i>Sentença com dois réus e um crime.....</i> | <i>587</i> |
| 3.1. <i>Latrocínio Consumado. Circunstâncias Judiciais desfavoráveis – atenuantes – menoridade relativa e confissão espontânea – agravantes – reincidência e senilidade da vítima – cumulação heterogênea de circunstâncias legais - majorante do roubo – concurso de pessoas - não cabimento – procedência parcial do pedido acusatório.....</i> | <i>587</i> |
| 3.2. <i>Roubo Consumado. Causas de Aumento. Concurso de pessoas e emprego de arma de fogo – Lei 13.654/2018 – Circunstâncias Objetivas – Comunicabilidade - Aplicação do Súmulo do artigo 68 do CP – Princípios da Necessidade e Suficiência da pena – Menoridade Relativa do réu – Senilidade da vítima – Cumulação heterogênea de circunstâncias legais – Preponderância - Período Depurador – Dosimetria – Análise Conjunta das Circunstâncias Judiciais e das Circunstâncias Legais.....</i> | <i>596</i> |
| 4. <i>Sentença com dois réus e dois crimes.....</i> | <i>607</i> |
| 4.1. <i>Roubo majorado – Culpabilidade negativa - Maus Antecedentes - Cumulação heterogênea de circunstâncias legais – Multirreincidência – Valoração integral entre as circunstâncias legais - Confissão Espontânea - Majorantes – concurso de pessoas e emprego de arma de fogo – Lei 13.654/2018 - Circunstâncias Objetivas – Comunicabilidade – Aplicação do Súmulo do artigo 68 do CP – Pena final acima do máximo cominado - Corrupção de Menores – Majorante – Inaplicabilidade retroativa da Lei 13.964/2019 - Concurso Formal de Delitos – Dosimetria – Análise Conjunta das Circunstâncias Judiciais e das Circunstâncias Legais.....</i> | <i>607</i> |
| 5. <i>Sentença com um réu e diversos crimes continuados.....</i> | <i>624</i> |

5.1. Estupro de Vulnerável. Absolvição - Estupro qualificado e
duplamente majorado - Crime praticado por padrasto -
Gravidez. Modulação – Lei posterior mais gravosa - Critério
Cumulativo - Violência sexual por “diversas vezes” - Crime
continuado – STJ - Exasperação em grau máximo.
Pena final acima do máximo cominado.....624

Referências.....633

CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS

1. O Processo Penal em Síntese, do Inquérito Policial à Sentença
2. Prazo Para a Instrução Processual e Prolação da Sentença
3. Princípios Aplicáveis na Construção da Sentença Penal
4. A Estrutura Jurídica da Sentença Penal

A FUNDAMENTAÇÃO DA SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA

1. Explanações Iniciais
2. Preliminares de Mérito
3. Mérito

A REALIZAÇÃO DO PROCESSO DOSIMÉTRICO

1. O Sistema Trifásico da Dosimetria Penal
2. Princípios Aplicáveis ao Processo Dosimétrico
3. Dosimetria Penal. Primeira Etapa. Circunstâncias Judiciais
4. Dosimetria Penal. Segunda Etapa. Circunstâncias Legais
5. Dosimetria Penal. Terceira Etapa. Minorantes e Majorantes
6. Processo Dosimétrico da Pena de Multa
7. Revisão da Dosimetria da Pena pelas Instâncias Superiores

O CONTEÚDO DECISÓRIO DO DISPOSITIVO E AS PROVIDÊNCIAS FINAIS

1. Conteúdo Decisório
2. Providências Finais Para Cumprimento Imediato
3. Providências Finais para Cumprimento Após o Trânsito em Julgado da Sentença

MODELOS DE SENTENÇAS PENAIS CONDENATÓRIAS

1. Sentença com um réu e um crime
2. Sentença com um réu e dois crimes
3. Sentença com dois réus e um crime
4. Sentença com dois réus e dois crimes
5. Sentença com um réu e diversos crimes continuados



ISBN XXXXXXXXXXXXX